



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES - CAMPUS III
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

DENILSON SOARES FERNANDES

**A ASCENSÃO DA ONDA REACIONÁRIA E NEOCONSERVADORA BRASILEIRA:
UMA BREVE ANÁLISE DO MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO E A AMEAÇA
PARA O ENSINO DE HISTÓRIA.**

**GUARABIRA
2025**

DENILSON SOARES FERNANDES

**A ASCENSÃO DA ONDA REACIONÁRIA E NEOCONSERVADORA BRASILEIRA:
UMA BREVE ANÁLISE DO MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO E A AMEAÇA
PARA O ENSINO DE HISTÓRIA.**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a Coordenação /Departamento do Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de graduado em Licenciatura Plena em História.

Área de concentração: História, ensino e Currículo.

Orientadora: Prof. Dr. Mariângela de Vasconcelos Nunes

**GUARABIRA
2025**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto em versão impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que, na reprodução, figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

F363a Fernandes, Denilson Soares.

A ascensão da onda reacionária e neoconservadora brasileira [manuscrito] : uma breve análise do Movimento Escola sem Partido e a ameaça para o ensino de história / Denilson Soares Fernandes. - 2025.

27 f.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2025.

"Orientação : Prof. Dra. Mariângela de Vasconcelos Nunes, Departamento de História - CH".

1. Escola sem Partido (ESP). 2. Neoliberalismo. 3. Neoconservadorismo. 4. Ensino de história. I. Título

21. ed. CDD 372.89

DENILSON SOARES FERNANDES

**A ASCENSÃO DA ONDA REACIONÁRIA E NEOCONSERVADORA BRASILEIRA:
UMA BREVE ANÁLISE DO MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO E A AMEAÇA
PARA O ENSINO DE HISTÓRIA.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Coordenação do Curso
de História da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à
obtenção do título de Licenciado em
História

Aprovada em: 05/06/2025.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado eletronicamente por:

- **Mariângela de Vasconcelos Nunes** (***.787.784-**), em **12/06/2025 18:31:35** com chave **9e079d3647d411f0b5c62618257239a1**.
- **Alômia Abrantes da Silva** (***.722.424-**), em **12/06/2025 18:32:36** com chave **c1fd883647d411f0a5d72618257239a1**.
- **Luciana Calissi** (***.956.908-**), em **12/06/2025 20:31:00** com chave **4c46aa1c47e511f09f8706adb0a3afce**.

Documento emitido pelo SUAP. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse https://suap.uepb.edu.br/comum/autenticar_documento/ e informe os dados a seguir.

Tipo de Documento: Folha de Aprovação do Projeto Final

Data da Emissão: 12/06/2025

Código de Autenticação: 7ff211



LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EsP	Escola sem Partido
MEsP	Movimento Escola sem Partido

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente a todas as forças que me mantiveram de pé até aqui. Em especial, dedico a conclusão desse ciclo aos meus pais, que para além do apoio incondicional, me ensinaram princípios e valores, como também sempre me incentivaram e acreditaram que a educação transforma. A minha mãe, agradeço por ser base, colo, carinho, afeto e inspiração. Agradeço também a minha irmã, que mesmo longe torceu pelo meu sucesso e vibrou pelas minhas conquistas.

Em segundo, agradeço a mim, pela garra e força de vencer meus medos e lutar pelo meu futuro, sair da zona de conforto e não ter desistido, mesmo quando tudo parecia incerto. Hoje, sinto gratidão pela estrada percorrida e pela pessoa que venho me tornando. Mas do que a busca por conhecimento, a graduação proporcionou o encontro com o meu “eu” interior, me proporcionou um processo de autoconhecimento, aceitação e descobertas.

Agradeço, em especial a todos meus amigos/amigas que me ajudaram nessa trajetória, direta ou indiretamente. Aos que foram colo, em momentos difíceis, aos que foram alegria, nos momentos de diversão, mas principalmente aqueles que estiveram comigo nos altos e baixos que a vida acadêmica e pessoal ocasiona. Particularmente, agradeço aos grandes amigos que construí durante a graduação. Nossas trocas diárias, momentos de descontração, de incertezas, medos, mas principalmente de apoio recíproco, tornaram o processo mais leve. Guardarei com muito carinho os momentos vividos e os afetos construídos.

Agradeço a Prof^a Dr^a. Luciana Calissi e a Prof^a Dr^a. Alômia Abrantes da Silva, por terem aceitado compor a banca examinadora. A leitura atenta, observações precisas e contribuições críticas, auxiliaram no aprimoramento do meu trabalho. Bem como, expresso minha eterna gratidão a todos os professores/as do Departamento de História, Campus-III que fizeram parte da minha jornada acadêmica, me auxiliaram e marcaram com seus ensinamentos que transcenderam a esfera intelectual e me inspiram no profissional que pretendo ser.

Expresso, de forma especial, minha gratidão e satisfação em ser orientado pela Prof^a Dr^a Mariângela de Vasconcelos Nunes, que através de sua paciência, dedicação e sensibilidade me ajudou na produção desse trabalho. Ao longo dessa trajetória, seu apoio e orientações tornaram o processo mais leve e foram importantes na construção deste conhecimento. Sua colaboração ultrapassa a troca intelectual e o compromisso docente, representa uma inspiração para o profissional que almejo ser, que acredita no potencial do seu aluno e caminha junto com ele. Minha eterna gratidão.

Encerro agradecendo a Universidade Estadual da Paraíba, pela oportunidade nesses últimos anos em abrir as suas portas proporcionando trocas de conhecimento e interações humanas. Direciono em especial, meus agradecimentos ao Departamento de História do Campus III, pela qualidade do ensino e pelo compromisso com a formação acadêmica, acolhimento e cuidado, que foram fundamentais ao longo dessa trajetória. Desejo que esse legado se perpetue e continue florescendo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. O currículo como campo de disputas: os interesses do MESP na educação Brasileira	12
2. O MESP: perigo e combate a ideologia de gênero e doutrinação marxista ...	13
3. A política do neoliberalismo: seu projeto ódio a democracia e a pluralidade	16
4. Um conto de manobras: A cilada da neutralidade e a posição dos integrantes do Movimento Escola sem Partido	18
5. Ensino de História: temporalidades e modificações.....	20
6. Ensino de história e a construção de identidades	21
7. A relação entre a identidade e a produção da diferença	24
CONCLUSÃO	25
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	27

A ASCENSÃO DA ONDA REACIONÁRIA E NEOCONSERVADORA BRASILEIRA: UMA BREVE ANÁLISE DO MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO E A AMEAÇA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA.

Denilson Soares Fernandes

RESUMO

Este trabalho é fruto da pesquisa desenvolvida por mim, vinculada ao Programa de Iniciação Científica de Voluntária - PIVIC-UEPB/CNPq, (cota 2023/2024). Criado em 2004, pelo advogado Miguel Nagib, o “Movimento Escola sem Partido” representa setores que se opõem-se a concepções de direitos a grupos subalternizados da sociedade. Em um país extremamente conservador como o nosso, esse cenário de pequenas vitórias aciona um alarme a grupos hegemônicos: o masculino, branco, cristão e heteronormativo. Desse modo, o Movimento se auto declara representante de pais e estudantes que se contestam uma suposta contaminação político e ideológica no ambiente escolar, praticada por militantes disfarçados de educadores. Esse discurso propõe um espaço neutro e de proteção contra influências partidárias em sala de aula. Nos últimos anos, ganha força, principalmente durante o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016, em um quadro de extrema instabilidade política e acirramento do neoliberalismo. Desta maneira, através da pesquisa e revisão bibliográfica, de autores como: (FRIGOTTO,2019), (SILVA,2002), (BROWN,2019), (MOURA,2016), (GARCIA,2022), dentre outros, procuro compreender como esse Movimento representa uma ameaça para a educação, especificamente o ensino de História. As conclusões dessa pesquisa, suscitaram que esse cenário reflete um contexto de guerras culturais pela permanência de privilégios da classe dominante, como também busca ramificar seus interesses no campo educacional, através de uma ótica que despreza um ensino crítico, plural e democrático.

Palavras-Chave: Escola sem Partido, neoliberalismo, neoconservadorismo, ensino de História.

ABSTRACT

This work is the result of research developed by me, linked to the Volunteer Scientific Initiation Program - PIVIC-UEPB/CNPq, (quota 2023/2024). Created in 2004 by lawyer Miguel Nagib, the “School Without a Party Movement” represented sectors that opposed concepts of rights for subaltern groups in society. In an extremely conservative country like ours, this scenario of small victories set off an alarm for hegemonic groups: male, white, Christian and heteronormative. In this way, the Movement declared itself to represent parents and students who contested an alleged political and ideological contamination in the school environment, practiced by activists disguised as educators. This discourse proposed a neutral space and protection against partisan influences in the classroom. In recent years, it has gained strength, especially during the impeachment process of President Dilma Rousseff in 2016, in a context of extreme political instability and the intensification of neoliberalism. Thus, through research and bibliographic review, by authors such as: (FRIGOTTO, 2019), (SILVA, 2002), (BROWN, 2019), (MOURA, 2016), (GARCIA, 2022), among others, I seek to understand how this Movement represented a threat to education, specifically the teaching of History. The conclusions of this research suggested that this scenario reflected a context of cultural wars for the permanence of privileges of the dominant class, as well as seeking to branch out their interests in the educational field, through a perspective that disregarded critical, plural and democratic teaching.

Keywords: School without Party, neoliberalism, neoconservatism, History teaching.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto da pesquisa desenvolvida por mim, vinculada ao Programa de Iniciação Científica de Voluntária - PIVIC-UEPB/CNPq, (cota 2023/2024)¹. A partir desta investigação pude entender os aspectos que norteiam o Movimento, seus postulados e interesses na disputa pela educação e na formação juvenil no Brasil. Para tanto, reconhecendo a relevância dessa temática na conjuntura nacional, com esse texto volto meu olhar para entender os possíveis impactos desse projeto para o funcionamento do ensino de História.

O Brasil do século XXI tem sido marcado por um contexto de instabilidade política, econômica e social, que se aprofundou nos últimos anos. Neste cenário, evidencio a efervescência das lutas sociais e de disputas pelo controle da formação de jovens, que tem sido capitaneado por diversos grupos da sociedade. Destacando-se aqui os setores hegemônicos ligados a políticas neoliberais e neoconservadoras que enxergam a educação como uma maneira de fomentar seus interesses e moldar a sociedade, constituindo sujeitos alienados a ordem neoliberal.

Neste quadro ganhou força movimentos reacionários como resposta aos movimentos políticos que vinham ocorrendo desde, pelo menos os anos de 1990 e a primeira década deste século, e resultaram em pequenas conquistas para as minorias. Cito aqui os Parâmetros Curriculares Nacionais-PCNs (1996), que estimulam o respeito a diversidade, nas escolas. Bem como as leis 10.639, de 2003 e 11.645, de 2008 que obrigam, respectivamente a discussão de conteúdos afro e indígenas nos currículos escolares. Ademais em 2006 foi criada a Lei Maria da Penha, está busca coibir, a violência doméstica e opõe-se ao preconceito contra as mulheres. Ao mesmo tempo que recomenda as escolas promover em seus espaços discussões relacionadas a direitos humanos, equidade de gênero, raça e etnia, e de modo geral temas sobre a violência doméstica (GARCIA,2022).

Num país extremamente conservador como o nosso, pequenas vitórias de grupos desfavorecidos através do avanço de políticas protecionistas acionaram um alarme. Pois, a grosso modo, tais alterações, no campo da educação, soam como uma grande mudança no currículo, levando ameaças para os grupos culturais hegemônicos: o masculino, branco, cristão e heteronormativo.

Foi neste quadro que o Movimento Escola sem Partido- MESP, é fundado em 2004, pelo advogado Miguel Nagib e espalhou-se adquirindo projeção nacional, nos anos seguintes. O Movimento se auto declara representante de pais e estudantes que se opõe a uma suposta contaminação político e ideológica, praticada por militantes disfarçados de educadores. De acordo com o MESP, estes utilizam da sua liberdade

¹ Título do Projeto de Pesquisa de Iniciação Científica: **“O MOVIMENTO ESCOLA “SEM” PARTIDO E A DISPUTA EM TORNO DA FORMAÇÃO ESCOLAR DE JOVENS NO BRASIL”**. A pesquisa foi desenvolvida entre o período de out/2023 a ago. /2024, sob a orientação da Profª Dr. Mariângela de Vasconcelos Nunes. Em função da pesquisa, desenvolvi o plano de trabalho intitulado: “O Movimento Escola sem Partido e as propostas reacionárias para a educação brasileira. ” A investigação mencionada resultou também no artigo: **O ESCOLA “SEM” PARTIDO E A LUTA CONTRA A SUPOSTA “ IDEOLOGIA DE GÊNERO” E “ DOUTRINAÇÃO MARXISTA”**... In: Anais do XXI Encontro Estadual de História América Latina e Brasil: Entre Ondas Progressistas e Reações Conservadoras. Anais...Campina Grande (PB) UEPB, 2024.

de cátedra para doutrinar estudantes. E, por conseguinte ganha força principalmente durante o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016, em um quadro de extrema instabilidade política e acirramento do neoliberalismo.

Este contexto é palco de mudanças no campo da educação, e pressionado pelas ideias do Movimento Escola sem Partido, influenciara reformas nacionais a exemplo na da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017) e a Reforma do Ensino Médio (2017), ambas marcadas pelo neoliberalismo e o neoconservadorismo. Diferentes grupos compostos por setores empresariais, educadores/as, entre outros disputam a hegemonia na condução destes processos. Neste momento que o MEsP recalibrou seus discursos contra o que denomina de ideologia de gênero e doutrinação marxista.

Nesse cenário, o Movimento busca se afirmar neutro e apartidário, e consequentemente tenta fomentar esse discurso como objetivo a ser alcançado no âmbito educacional e notadamente dentro das escolas. Para tanto, questiono o lugar de neutralidade, levando em consideração a perspectiva do currículo como lugar de disputas política, cultural e social. É possível pensar em uma escola, principalmente pública, que se encaixe nos moldes que o Movimento defende? E o ensino, especificamente o ensino de História pode ocupar esse local de neutralidade? Busco ao longo do texto refletir sobre essas indagações.

Essa discussão teórica-metodológica ampara-se na compreensão sobre o currículo como um texto que formula uma leitura de mundo e está implicado na constituição de identidades e não é um elemento neutro e inocente (SILVA, 2002). Essa compreensão fora fundamental para entender a criação e os postulados do MEsP e como esse Movimento influencia as reformas que reconfiguram o campo educacional e consequentemente o ensino de História.

Para pensar o surgimento deste e de suas demandas, as discussões propostas por autores como Gaudêncio Frigotto (2019), Hilheno Oliveira Miranda (2021) e Penna (2019) são relevantes para entendimento da ameaça representada por tal Movimento para o campo educacional, assim como para o futuro da escola e de uma sociedade mais democrática.

Outra referência importante para o encaminhamento deste estudo são os apontamentos de Dardot e Laval, que a partir de Foucault apontaram para uma compreensão do neoliberalismo que extrapola o âmbito econômico, atingindo todas as esferas da vida social, estabelecendo a concorrência como “norma de conduta”. Desta forma, invade o campo da educação, investindo na pedagogia das competências, na concorrência entre pessoas e na meritocracia, entre outros atributos compatíveis com a ordem neoliberal.

Cito também a contribuição de Wendy Brown (2019). Ao analisar o cenário estadunidense, na atualidade ela nos mostra como a lógica neoliberal pode ser responsável pelo desmembramento do tecido democrático por meio de um discurso de um sujeito individualista e auto responsável. Amparado principalmente pela narrativa da liberdade, o neoliberalismo se respalda na moralidade tradicional, usada como arma de batalha para justificar as exclusões e reassegurar a hegemonia branca, masculina e cristã que ganharam fôlego nos últimos anos com o avanço de governos de extrema direita pelo planeta. Esse ódio às minorias e a um Estado que promova políticas protecionistas é construído pela lógica neoliberal, não se restringindo apenas ao território norte-americano, espalhando seus tentáculos pelo mundo. Seus

postulados são endossados e defendidos pelo MESP, caracterizando-se pelo seu teor neoconservador e reacionário. Sendo assim, suas observações servem para a compreensão da aproximação das narrativas neoliberais e reacionárias que refletem entre os basilares do Movimento e que também ganham folego nos últimos anos no cenário brasileiro.

Destaco também a importância das dissertações de Mestrado de Garcia (2022) e Moura (2016) na compreensão da ameaça que este Movimento representa para o ensino de História. Suas pontuações são cruciais para entender os nuances que o ensino de História teve ao longo do tempo, destacando sua função na construção e desconstrução de subjetividades/identidades. Na atualidade, a inclusão de grupos e sujeitos historicamente subalternizados no campo educacional provocam medo aos setores dominantes que buscam manter a sua hegemonia na sociedade. Diante do panorama traçado pelos autores, pude entender que esse Movimento reafirma sua preocupação em denunciar e policiar uma educação emancipadora, inclusiva e questionadora. A disciplina de História aparece como um campo propício para estes questionamentos. Por isso foi diretamente afetada e atacada por esses setores reacionários.

Saliento também as pesquisas feitas no Site Escola sem Partido que são importantes para observar a imagem que o Movimento quer passar para a sociedade e que concomitantemente reforça os ideais de neutralidade e do perigo da doutrinação presentes na escola e notadamente na sala de aula.

Este trabalho é elaborado a partir de pesquisa e revisão bibliográfica, como também, a análise, ainda que brevemente, em textos no site do EsP. A pesquisa baseou-se notadamente em leituras que discutem e refletem sobre o currículo, o ensino de História e mostram o MESP como uma ameaça para a educação, atentando-se especificamente para os impactos no ensino de História.

O conjunto das leituras forneceu um quadro conceitual e contextual que me levou a compreender as demandas neoliberais e neoconservadoras que orientam e se aproximam do Movimento. Assim, ainda que brevemente busco analisar como esse Movimento representa uma ameaça para o ensino, especificamente o ensino de História, atentando para a necessidades de fortalecer um ensino crítico e emancipatório frente a esses cenários de ameaças iminentes.

1. O currículo como campo de disputas: os interesses do MESP na educação Brasileira

Atualmente, no campo educacional, vem sendo travado uma luta em torno da formação de jovens e crianças no Brasil. O currículo tem sido alvos de disputas, uma vez que influencia no processo de formação de visões de mundo, pensamentos e comportamentos dos jovens na sociedade. Partindo desse lugar de reflexão, enxergo o currículo como um espaço de disputas e atravessado por embates que buscam controlar e delimitar o que deve ser ensinado. Nesse momento, destaco os avanços dos setores neoliberais e neoconservadores que buscam manter posições hegemônicas, representados por exemplo, pelas ideias do ESP.

Desse modo, determinados conhecimentos são considerados legítimos para figurarem no currículo e educar ou conduzir a população infantil e juvenil sob uma determinada perspectiva (SILVA,2002). Desta forma, entendo o currículo como um lugar concomitantemente de produção de subjetividades e identidades. Este desempenha um papel importante na produção de visões de mundo que sejam consideradas necessárias para os jovens em determinado época e sociedade. As decisões no que diz respeito ao que deve ser considerado conhecimento válido são resultado de escolhas políticas. Logo o currículo está perpassado por relações de poder e são deliberados e traçados com objetivos a serem alcançados: formar jovens alinhados a uma determinada perspectiva de mundo (SILVA,2002). É dentro dessa questão que entendo as tensões em torno do currículo, envolvendo diferentes grupos sociais. Neste, o papel hegemônico vem sendo desempenhado por setores empresarias, que buscam construir sujeitos mais flexíveis e competitivos, adequados as necessidades neoliberais.

A racionalidade neoliberal, consolidada no final do século XX, promoveu a empreendedorização e a capitalização dos sujeitos na medida que as políticas públicas proporcionadas pelo Estado vêm sendo transferidas para responsabilidade dos indivíduos e suas famílias. Nesse cenário, o indivíduo passa a ser auto responsável pelo seu sucesso e fracasso, ficando sob sua tutela o gerenciamento da sua instabilidade econômica como também a seguridade social, que é direcionada a responsabilidade familiar. Dessa forma, afasta-se do Estado o compromisso com políticas protecionistas. Nos últimos anos, vem se ampliando o acirramento de políticas que precarizam o sujeito, enquanto as políticas neoliberais ganham flego e buscam estender seus tentáculos em todo o tecido social. Nessa lógica, a escola e notadamente o currículo tornam-se um terreno fértil para implementar e concretizar esse modelo de sociedade, na qual indivíduos transformam seu tempo e suas ações em fontes de capitalização. Paradoxalmente essa narrativa é defendida através dos postulados do MEsP, uma vez que suas demandas atendem aos setores empresarias que buscam concretizar e reforçar o Estado neoliberal na sociedade.

2. O MEsP: perigo e combate a ideologia de gênero e doutrinação marxista

Em pesquisa desenvolvida por Fernandes; Nunes (2024) fora observado que o Movimento propôs uma narrativa de currículo neutro a escolas e professores/as com o intuito de absterem de discursões que problematizassem as perspectivas políticas, econômicas e socioculturais hegemônicas no processo formativo na sala de aula. Usando de uma justificativa contra a “doutrinação ideológica” o Movimento denuncia as questões de gênero, orientação sexual, modelos familiares, como também um olhar crítico ao capitalismo. Esse emblema “Escola sem Partido”, parte de uma visão falsa, na medida que vende uma escola que diz atuar imparcialmente frente as discussões que devem ser abordadas em sala de aula. Nesse sentido, o Movimento defende uma concepção de que a função do professor é apenas instruir assuntos estabelecidos sem debater valores e sem discutir o contexto no qual o aluno está inserido. Desse modo, fora observado que o Movimento defende um ensino meramente tecnicista que se vincula com aos interesses de setores hegemônicos, ao priorizar a sustentação do lucro em favor do “mercado” e a própria manutenção do status-quo.

A hipotética doutrinação atribuída pelo EsP ocorre dentro do ambiente escolar onde o professor representa o maior perigo, por isso a necessidade de delimitar sua

função, cabendo a responsabilidade educacional aos pais e a religião afim de preservar “A moral e os bons costumes”, assim como Penna elenca:

Concepção que é a afirmação de que o professor não é educador. [...]O ato de educar seria responsabilidade da família e da religião; então o professor teria que se limitar a instruir, o que no discurso do Escola sem Partido equivale a transmitir conhecimento neutro, sem mobilizar valores e sem discutir a realidade do aluno (PENNA, 2019, p.36 apud FERNANDES; NUNES, 2024, p.3).

Na visão do Movimento Escola sem Partido, o professor/a representa uma grande ameaça a subversão da ordem dominante. Por isso, há uma criminalização destes sujeitos ao mesmo tempo em que direciona o fracasso educacional do país a estes/as, descartando o contexto, no qual a educação está inserida. Neste quadro, a figura do professor/a deve ser controlada e criminalizada.

A pesquisa também mostra como o Movimento estereotipou o discurso de gênero, nomeando-o de ideologia de gênero, afastando do que vem sendo defendido como discussão de gênero, uma vez que esse assunto abrange vários prismas em nossa sociedade. As relações entre homens e mulheres e suas demais configurações se estabelecem em processos construídos historicamente. Por isso, não podem ser enxergados de maneira fechada, já que sofrem mudanças e estão diretamente ligadas a diversos aspectos sociais e culturais. Nesse sentido, esse debate dentro da sala de aula fomenta desconstrução das desigualdades, denúncia o machismo, a homofobia e demais atitudes que estabelecem privilégios a determinados sujeitos em detrimento da opressão de outros corpos. Nesta compreensão, o combate a chamada ideologia de gênero configura em ódio a democracia e a pluralidade. Neste caso, para o EsP no ambiente escolar, deve ser negligenciado e desqualificando as visões de mundo que opõem a uma perspectiva hegemônica do masculino (FERNANDES; NUNES, 2024).

Em sua base, esse ideal se prova impossível, já que, dentro da própria escola, existe corpos que pensam diferentes. Universalizar uma educação que atenda uma lógica pautada nos interesses religiosos e morais significa excluir a própria diversidade dentro da sala de aula. Dessa forma, o Movimento busca impor a valorização da cultura hegemônica, camuflando o desejo da dominação, conduzido por condutas que refletem uma única visão, que busca ditar formas de ser, de viver e estar no mundo. E dessa maneira, ao pregar uma suposta neutralidade política, ideológica e religiosa silencia estrategicamente sua posição, produzindo uma educação direcionada por dogmas religiosos e preceitos anticientíficos, que nega a pluralidade e uma educação mais democrática e inclusiva. Frigotto argumenta o que o Movimento representa:

Partido da intolerância com as diferentes ou antagônicas visões de mundo, de conhecimento, de educação, de justiça, de liberdade; partido, portanto, da xenofobia nas suas diferentes facetas: de gênero, de etnia, da pobreza e dos pobres etc. Um partido que ameaça os fundamentos da liberdade e da democracia (FRIGOTTO, 2019, p. 31).

Essas questões entram em choque, com posturas que entendem que a escola não é um lugar para difusão de tais debates. Por isso, assuntos como a religião devem ser estudados como fenômeno humano e não como um discurso dominante e hegemônico, que tenta se sobrepor e aniquilar outras visões de mundo. Desse modo, Souza e Oliveira apontam a necessidade de um ensino que problematize os eventos através de um contexto histórico, e sob seus vários prismas (SOUZA; OLIVEIRA, 2019).

Segundo as observações obtidas durante a pesquisa mencionada, o MEsP busca no espaço formal da educação mostrar uma perspectiva religiosa cristã em oposição a laicidade do Estado. Ao mesmo tempo em que se opõe a discussão de gênero, nega direitos conquistados pelas minorias. Na medida que este discurso nega o diálogo entre a escola e questões presentes na sociedade. Isso acaba impactando negativamente em questões como:

A saúde pública, por exemplo, ao silenciar o debate sobre prevenção de doenças sexualmente transmissíveis como também na omissão da transformação do convívio social, através da discussão sobre estupro e homicídios de mulheres, e a comunidade LGBT (FERNANDES; NUNES, 2024.p.4).

Ao deixar de abordar temas relacionados, as questões de gênero e sexualidade, elas não deixam de existir no cotidiano dos sujeitos que vão à escola, mas apenas os camuflam e os escondem, varrendo para debaixo do tapete.

Outro fator denunciado pelo Movimento é a suposta doutrinação marxista, por parte dos/as docentes. Estes/as, a partir de tais pregações levam os alunos/as a se tornarem “socialistas”. Esta denúncia torna-se mais relevante, nos últimos anos devido o avanço das pequenas conquistas por grupos minoritários e do próprio neoliberalismo que avança sobre a sociedade e o campo educacional. Dentro dessa percepção, em contexto marcado pela disseminação de valores empresariais na educação, vem sendo produzido uma percepção para que o aluno pense que seu sucesso decorre de méritos individuais. Um claro exemplo é a BNCC, pautada nas pedagogias das competências que preconiza uma educação ambientada em competências e habilidades, visando formar alunos mais flexíveis e autônomos. Questiono a ideia de autonomia e auto responsabilização, visto que estão em diálogo com a demanda neoliberal, buscam minimizar políticas de proteção social. Investindo assim na formação de sujeitos autônomos e responsáveis por si mesmo, isto é: pelo seu sucesso e fracasso (DARDO; LAVAL, 2016 apud FERNANDES; NUNES, 2024).

Para setores reacionários a educação orientada para a pluralidade e inclusão simboliza uma ameaça, uma vez que, na visão neoliberal, almeja-se transformar a educação em um produto. Desse modo, uma educação crítica em contraponto pode estimular sujeitos economicamente mais pobres a questionarem a realidade a qual estão inseridos e consequentemente agir para transforma-la. Assim uma educação mais questionadora é um dos pilares de ataque do EsP.

Portando, através dos resultados suscitados pela pesquisa, observo que ao utilizar de um discurso pretencioso que fantasia a educação, a escola e a sala de aula de forma neutra, o Movimento indiscutivelmente produz uma postura simplista e autoritária, que privilegiava apenas uma única forma de ver o mundo, não reconhece

a pluralidade existente na sociedade brasileira e na escola pública (FERNANDES; NUNES, 2024). O EsP busca construir uma percepção de mundo homogêneo em desrespeito com sala de aula, lugar de pluralidades. Pois, mesmo entre sujeitos que pertencem a uma mesma estratificação social suas convicções de raça, gênero, religião, entre outros aspectos, podem ser múltiplas. A escola é uma instituição implicada na produção de identidades e de subjetividades e que deve auxiliar na transformação social, por isso a necessidade de produzir uma educação que diminua as desigualdades e garanta um ambiente que dê subsídios para instrumentalizar os alunos a contextualizem o seu entorno social.

3. A política do neoliberalismo: seu projeto ódio a democracia e a pluralidade

Uma das questões que norteiam a compreensão da lógica que perpassa o MEsP está diretamente relacionada ao neoliberalismo. Pois penso que o Movimento é influenciado diretamente pela lógica neoliberal. Portanto, parto das reflexões de Wendy Brown (2019), quando a autora analisa o impacto da política neoliberal no território norte-americano. Através de suas explanações, pude compreender como o neoliberalismo reafirma um modelo de sociedade orientado pela lógica hegemônica e que vai contra o ideal democrático e plural. Este padrão não se restringiu ao território americano, alastrando-se pela América Latina e notadamente no Brasil. Brown destaca que o discurso da liberdade vem sendo utilizado por setores econômicos, religiosos e ligados a políticos da extrema direita para justificar as exclusões historicamente construídas em prol de “reassegurar a hegemonia, branca, masculina, heteronormativa e cristã e não apenas expandir seu capital” (BROWN, 2019, p.20). Esse aspecto é discutido pela autora, e mostra como o neoliberalismo é um discurso que vai contra a ideia do coletivo e do plural. Fatores estes, negados pelo Movimento Escola sem Partido.

Primeiramente, Brown defende o neoliberalismo não só como um conjunto de práticas que vão além da esfera econômica, mas, também como um modelo político que configura as práticas sociais e dá folego ao modelo capitalista que estava em crise. Essa repaginação do capitalismo por meio da racionalidade neoliberal configura um modelo que se constitui num ataque multifacetado a democracia e ao Estado protecionista. Desse modo, a própria noção de sociedade e do coletivo abrem espaço para uma visão individualista. Para isso, o indivíduo e a família são orientados pela noção do mercado e da moral tradicional. Desta forma, cada indivíduo deve prover seu bem-estar e de sua família. Nessa perspectiva, defende-se que as desigualdades sociais não são fruto de um processo histórico e social.

A autora, enxerga como o neoliberalismo implanta uma política antidemocrática que sobrepõe a ideia de igualdade, e vai contra a própria noção da democracia, na qual sua força motriz deveria ser a promoção de políticas protecionista e a diminuição das desigualdades historicamente construídas. A consolidação do neoliberalismo, desmantela o Estado que promova políticas públicas, desvinculando a função do Estado em fomentar ações que estreitem as discrepâncias sociais, em nome de uma sociedade de indivíduos livres e responsáveis por si mesmo.

Nesse modelo, a noção de sociedade se esvazia e concomitantemente a relação do coletivo abre espaço para o individualismo e famílias orientados pelo

mercado e pela moral tradicional. Não se trata mais de um Estado que promova a garantia de políticas de bem-estar social, e sim um enxugamento em investimentos sociais em setores cruciais como educação, habitação, saúde e segurança. Para isso, serviços que promovem a melhora na condição de vida da população são exauridos, delegando-se ao indivíduo e a família a tarefa de resolver todas as ausências que deveriam ser compromissos do Estado, negando as condições de classe, gênero e raça produzidas historicamente (BROWN, 2019).

De acordo com Brown, esse esfarelamento da noção de sociedade exercida pelo individualismo neoliberal colabora para invizibilizar as desigualdades sociais geradas historicamente pelos legados da escravização, do colonialismo e do patriarcado como também autoriza a privação de direitos sociais. Esse discurso de negação, capitaneado politicamente por setores da extrema direita busca deslegitimar a complexidades das lutas sociais e da lógica de uma possibilidade de um mundo mais justo. E neste cenário que “a igualdade e a solidariedade social desacreditadas e com a negação da existência de poderes que reproduzem as desigualdades, abjeções e exclusões históricas, o supremacismo masculino branco ganha assim nova voz e legitimidade no século XXI” (BROWN, 2019, p.58).

Esses postulados, quando destrinchados, comungam com os ideais defendidos pelo MESP, na medida que setores empresariais, ligados a essa lógica neoliberal enxerga na educação um caminho para produzir indivíduos flexíveis e competitivos. Para além de um discurso meritocrático, busca-se desvincular do Estado seu compromisso em promover políticas que reduzam as desigualdades e fomenta-se o individualismo neoliberal, resultante de estratificações, exclusões e desigualdades sociais e culturais.

Esse dismantelamento da noção de um Estado democrático é também fruto da abjeção a uma democracia robusta. Nesse cenário o ideal de igualdade é esvaziado, o Estado deve ser enxuto e desvinculado de políticas que atenda as demandas das massas. De acordo com Brown, a desvinculação da democracia promotora da igualdade é atacada pelo neoliberalismo que só aceita um modelo que é:

Apartado da liberdade política, da igualdade política, do compartilhamento de poder entre cidadãos, da legislação voltada para o bem comum, das culturas de participação e de qualquer noção de interesse público que vá além da proteção às liberdades e à segurança individuais (BROWN, 2019, p.77).

Outro elemento crucial para o neoliberalismo é utilização da moral como mecanismo de manutenção do sistema. Dentro desse viés, o ideal moral mescla com fatores bem conhecidos pelo discurso defendido pelo ESP. O neoliberalismo utiliza da família, religião e patriotismo como ferramenta para autorizar a tradição e descaracterizar a possibilidade da existência da pluralidade da sociedade. Para isso, a família torna-se no que Brown elenca como “reservatório de disciplina e estrutura de autoridade”. Trata-se de utilizar a família como um regulador dos avanços democráticos, que concomitantemente vão contra a hegemonia existente. A liberdade defendida pelo neoliberalismo é limitada como também constituída pela tradição moral, ou seja, em nome da liberdade e dos valores morais, padrões arcaicos são

estabelecidos e tidos como universais, isso causa o desmantelamento da própria noção de democracia.

Esses padrões estabelecem noções universais que devem ser implantadas a fim de manter as estratificações sociais. Nesse contexto, as forças hegemônicas utilizam da moral como ferramenta para justificar e implementar padrões. Esses valores tradicionais vêm sendo postulados como “liberdades” e vão contra as prerrogativas de igualdade, na medida que enxergam um modelo único que visa esvaziar o diferente. Assim os preceitos neoliberais podem ser enxergados nos postulados do Movimento Escola sem Partido que também fomentam uma noção que normaliza as desigualdades de gênero, raça, classe, sexualidade e descarta a pluralidade na democracia por meio da utilização do discurso moral atrelado a família “tradicional” prevendo “assegurar a supremacia branca, a heteronormatividade e as lealdades étnico-raciais seguras” (BROWN, 2019, p.148).

4. Um conto de manobras: A cilada da neutralidade e a posição dos integrantes do Movimento Escola sem Partido

Entre os sujeitos que compõem este Movimento, cito o seu fundador Miguel Nagib. Advogado e atual procurador do Estado de São Paulo, Miguel Nagib, é um dos fundadores do Movimento e defensor do pensamento liberal brasileiro. Destaco também o nome de Bia Kicis, cunhada de Nagib, deputada federal, YouTuber, Procuradora aposentada pelo Distrito Federal e filiada ao Partido Liberal (PL), ela também é seguidora de Olavo de Carvalho², que negava a discussão de saberes provenientes da comunidade científica.

Ademais, como observado em trabalho anterior, o EsP dissemina suas concepções entre docentes que comungam ideais reacionários e assim atribuem credibilidade ao Movimento. Entre os docentes menciono o professor Luís Lopes Diniz Filho, doutor em geografia, que leciona na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Ele afirma que os livros didáticos desta disciplina estão contaminados pela ideologia de gênero e também posturas anticapitalistas (FRIGOTTO, 2019). De acordo com o professor, tais ideologias estão presentes nas universidades brasileiras. Ele foi um dos representantes do Movimento em audiências públicas, especializado na área de Ciências Sociais que aponta a doutrinação através do livro didático. Suas críticas estão embasadas em livros de sua própria autoria (FRIGOTTO, 2019). Cito ainda os nomes de Ana Campagnolo. Atual deputada estadual (PL), pelo Estado de Santa Catarina, tendo curso superior em História e seguidora de Olavo de Carvalho, além de ser uma ferrenha defensora da luta antifeminista. É válido destacar que estes sujeitos auxiliam a conferir legitimidade ao discurso e mostram a preocupação desses agentes em permear espaços públicos, evidenciando uma estrutura que busca colocar a Escola sem Partido como uma agenda pública.

Destaco também a presença de setores cristãos, principalmente católicos e neopentecostais representados por personagens envolvidos na política nacional, que

² Olavo de Carvalho (1947–2022), polemista brasileiro, influente no pensamento reacionário contemporâneo. Autodidata, reivindicava o título de filósofo, embora esse reconhecimento fosse contestado por parte da comunidade acadêmica e intelectual.

buscam legitimizar as ideias que o EsP dissemina. Essas pautas são capitaneadas por setores reacionários e neoconservadores e refletem sua força política no cenário brasileiro. Nesse terreno, ganha relevância a relação da família Bolsonaro com o Movimento. Este aspecto mostra a vinculação do Escola sem Partido com os grupos políticos. Eleito em 2018, Bolsonaro carregava dentre suas pautas para a educação, as ideias trazidas pelo Movimento Escola sem Partido (GARCIA, 2022).

No entanto, as relações de Bolsonaro com o Movimento antecederam a sua candidatura a Presidente da República. Cito a figura de seus filhos, que capitanearam os slogans do Movimento e lançaram a luz ao debate político. O atual senador Flávio Bolsonaro (PL), quando deputado estadual do Rio de Janeiro apresentou proposta na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALRJ) contra o que denominou de doutrinação ideológica nas escolas e segue defendendo tal proposta afirmando que há um ambiente doutrinário dentro das escolas e universidades públicas brasileiras.

Segundo Garcia (2022), embora o debate do Movimento tenha ganhado folego durante a campanha de Bolsonaro a presidência, quando eleito o apoio do ex-presidente parece ter esfriado e é entendido como insuficiente na visão dos representantes do Movimento, que o acusam de ser um dos responsáveis pelo fracasso do Movimento, uma vez que não concretizou as ideias do EsP em políticas públicas efetivas, enfraquecendo a pauta. Além do mais, segundo Garcia, ao longo desse tempo algumas conquistas foram consideradas inconstitucionais. Em agosto de 2020, o Supremo Tribunal Federal decretou a inconstitucionalidade da Lei “Escola Livre”, que carrega em seu cerne o ideário do “Programa Escola sem Partido” presente na câmara dos deputados. Isso foi o suficiente para que o seu fundador, Miguel Nagib, se desligasse do Movimento, afirmando a falta de apoio por parte do governo Bolsonaro (Garcia, 2022).

Estes aspectos mostram que integrantes do Movimento são representados por diversos setores, inclusive de políticos, de destaque no cenário nacional, como é o caso da família Bolsonaro, além de empresários, políticos e religiosos. Estes buscam interferir no processo educacional. Para tanto, defendem que a educação deve priorizar um ensino que despreze o senso crítico e que seja respaldado pelos ideais do MESP.

De acordo com Garcia, se por um lado o Movimento teve perdas, que resultaram no desligamento de Nagib, por outro lado esse debate influenciou na ascensão de posturas ultraconservadoras. Em primeiro lugar, o entendimento que esses grupos que apoiam o EsP, permanecem atuando no cenário político, e tendo importância dos debates na atual conjuntura brasileira. Um reflexo disso foi o projeto de lei (PL 1904/24)³ do deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ). Este projeto previa criminalização de mulheres vítimas de estupro, que optassem pela intervenção da gravidez após a vigésima semana de gravidez. Podendo estas serem condenadas. Neste caso teriam uma pena maior que o estuprador. Esse fato demonstra que embora tenha perdido espaço no debate institucional e legislativo, as ideias e representantes do MESP mantêm-se vivos na disputa pela esfera política e

³ SCROEDER, L.; SOUZA, R. **Mulher vítima de estupro pode ter pena maior que estuprador em caso de aborto, segundo projeto**. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/mulher-vitima-de-estupro-pode-ter-pena-maior-que-estuprador-em-caso-de-aborto-segundo-projeto/>>. Acesso em: 5 maio. 2025.

educacional, acionando um alerta acerca da influência que esses grupos têm perpetuado na sociedade.

Ao analisar o EsP, observo que este logra êxito com uma pauta de caráter extremamente neoconservadora, através da união de forças, em torno de uma causa moral, e por meio de ligações atreladas a setores empresárias, religiosos, políticos e educacionais, defensores principalmente da pauta neoliberal e da “família tradicional”. Na realidade, quando esmiuçado o Movimento não passa de uma grande armadilha que difunde uma imagem falsa, supostamente desvinculada de pretensões políticas e ideológicas. O Movimento é constituído por grupos que tem objetivos políticos, culturais e econômicos. O EsP é uma alavanca para um projeto de sociedade que possui uma ideologia obsoleta e inconstitucional. Ao buscar convencer da imparcialidade do projeto e defender uma ruptura entre educação e política, fica claro a tentativa de encobrir os interesses que movem o EsP, já que, “inevitavelmente toda prática educativa contém uma dimensão política e toda prática política contém uma dimensão educativa” (RAMOS, 2019, p.81).

5. Ensino de História: temporalidades e modificações

Proponho aqui refletir, ainda que brevemente, a influência do MESP no ensino de História. Pois, o EsP enxerga um grande perigo em relação a professores/as que questionem a ordem dominante, denominando-os/as, de doutrinadores. Nesse cenário, faz-se necessário refletir qual a função da disciplina de História na contemporaneidade, e quais são as preocupações que projetos neoconservadores como o ESP acionam para conter uma educação crítica e emancipatória.

Atenho-me aqui, a colaboração de Fernanda Moura (2016) ao discutir o impacto deste Movimento no ensino de História. Moura chama atenção para a pauta do Movimento, notadamente acerca da suposta doutrinação e da necessidade de neutralidade no que diz respeito a atividades da docência. Ao historicizar o ensino de História, ela reflete que desde sua implantação no século XIX, seu objetivo foi pensado com o intuito de forjar identidades. Neste contexto, difundiram as ideias de nacionalismo, patriotismo e a noção de progresso. Esse processo, tinha um claro objetivo, construir cidadãos/as através da exaltação de simbolismo nacionais. Sob viés de uma História tradicional que exaltava os feitos de figuras tidas como heróis, que normalmente pertenciam as elites políticas e econômicas. Assim desde de sua instauração enquanto disciplina, a História tem pretensões que refletem escolhas e recortes temporais, que excluem e marginalizam determinados sujeitos. Logo seus interesses enquanto disciplina nunca foram neutros (MOURA, 2016).

Todavia, a função da História enquanto disciplina sofreu alterações, a partir, notadamente dos anos de 1980, com a “Revolução” promovida pela Escola dos Annales. Moura baseando-se em Marc Bloch (2001) destaca que a História representa a ciência dos homens no tempo. E aponta para as mudanças na percepção e na forma de produzir História, que tomaram outros rumos nas últimas décadas do século XX e início do XXI. Isso ocorreu, de acordo com a autora, em diálogo com as experiências vivenciadas na política e na esfera social que se modificaram, influenciaram diretamente na forma que a História é enxergada e ensinada. Nessa compreensão, a maneira que lidamos com o passado, parte das percepções e

indagações que se dão no presente, e estas são intencionais e representam a forma como a História é utilizada em determinado período. Por isso, as noções de como lidamos com o tempo sofrem modificações e não estão isoladas, pelo contrário, estão conectadas, já que “passado, presente e futuro são categorias indissociáveis, de maneira que, se a visão sobre o futuro muda, a de passado também muda” (MOURA, 2016, p,103).

No Brasil, essas mudanças na percepção de ver uma nova forma de ensinar História se dão, sobretudo a partir da década de 1980, com o processo de redemocratização e de efervescência dos movimentos sociais. Nesse sentido, a articulação dos Movimentos negro, feminista, indígena, entre outros colocam em evidência as desigualdades que afligem tais categorias. Esse processo é primordial e exerceu influência no campo educacional e no pensamento curricular. Moura destaca que nesse cenário, o modo de ensinar História toma outros rumos, uma vez que, não havia mais espaço para silenciar esses sujeitos dentro da sala de aula, que foram esquecidos pelo discurso construído pela historiografia do século XIX. Este destacava o lugar de personagens ilustres, que privilegiavam setores dominantes da sociedade e legitimavam as desigualdades através de uma História ultrapassada e que não refletia o cenário de mudança política e movimentação social (MOURA,2016).

De acordo com Garcia (2022), essa necessidade de espaço e voz, se fortaleceram por meio dos movimentos sociais impactando, a partir da década de 1990, o campo da pesquisa da História e a forma como ela é ensinada. Passou-se a defender a importância de incorporar ao debate questões indenitárias. Essa nova maneira de perceber e produzir História abre espaço para pensar as noções de singularidades e pluralidades existentes na nossa sociedade e consequentemente estabelece influência no debate educacional. Essas mudanças na percepção de enxergar a presença destes sujeitos marginalizados pela dita Historiografia tradicional, colabora na construção das noções de alteridade necessárias no ambiente escolar e na sociedade. É nesse cenário de inclusão de novos sujeitos, que aciona um alarme a movimentos neoconservadores e reacionários, que reagiram, entendendo a educação crítica e multicultural como uma ameaça iminente.

A partir do texto de Fernanda Moura compreendi que a noção de neutralidade defendida pelo Movimento, representa uma ameaça ao ensino de uma História plural e inclusivo. Para Moura, o Movimento reivindica imparcialidade no ensino, para prevenir ataques provenientes de disciplinas como a História, que podem produzir conhecimento crítico. Isso significa uma busca pelo Movimento em defender um ensino que silencia e marginaliza corpos que não se enquadram nos padrões hegemônicos. A disciplina de História, desde de seu princípio foi estabelecida com intenções, e estas nunca foram e nem serão neutras. Uma vez que são frutos de escolhas. Na verdade, os postulados do Movimento colocam a disciplina de História, em um terreno que renega a necessidade de um ensino crítico e plural e fazem parte de um projeto de sociedade que reafirma as ideais dos setores hegemônicos.

6. Ensino de história e a construção de identidades

Em um cenário que contesta a forma de ensinar defendida pela História contemporânea, cabe pensar por que professores/as de História e está disciplina é

renegada pelo Movimento. Nessa discussão tomo como referência a dissertação de Mestrado de Caio Garcia (2022) ao analisar o MEsP e sua tentativa na implementação um ensino de História neoconservador e reacionário. Albuquerque Jr (2016), de acordo com Garcia ensina a maneira como as sociedades se relacionam com o tempo é regida por um “Regime de Historicidade”. Esse conceito relaciona como os sujeitos e sociedades organizam sua relação com o tempo e articulam o passado, presente e futuro.

Albuquerque Jr utiliza-se de uma metáfora pertinente. Segundo ele, no latim a palavra educador deriva de *educator*, que significa aquele que nutre, que organiza e regula. Ao interpretar tal conceito, Garcia chama a atenção para a posição do/a educador/a, pois segundo ele, estes/as oferecem aos alunos diversas experiências, o contato com diferentes percepções (GARCIA, 2022, p.36). Para tanto, nessa relação o aluno seria aquele que se nutre da narrativa do seu mestre, assimilando e transformando o que lhe foi ensinado.

Nesse sentido, ao deslocar essa lógica para a disciplina de História o autor destaca que o educador da metáfora reflete sobre a maneira como a disciplina de História, é oferecida em sala de aula, a partir de suas narrativas. Para Albuquerque Jr, ao lecionar a disciplina de História, temos que ter em mente que mesmo inconscientemente, dado o próprio regime de historicidade, ensinar história implica trabalhar com ordenações do tempo, visto a concepção de sua distribuição e variação de sentidos. Portanto, através dessa lógica, temos que ter em mente que ao lidarmos com a historicidade, somos conduzidos a lidar com recortes e ordenamentos temporais, que são resultados de escolhas e são necessários para a compreensão histórica, haja vista sua complexidade e multiplicidade (ALBUQUERQUE JR, 2016 apud GARCIA, 2022).

A maneira de lidar com a história e suas temporalidades condiciona o professor de História a possibilitar uma “dieta de temporalidades” a seus alunos (ALBUQUERQUE JR, 2016, p.25 apud GARCIA, 2022, p.37). Esse mecanismo, praticado pelo professor/a, leva ao aluno a experimentar diversas maneiras de lidar com o tempo, proporcionando a imersão do aluno/a na compreensão do conhecimento histórico.

Garcia inspirado em Albuquerque Jr compreende que a função de professores/as de História é proporcionar a experimentação com as temporalidades ao aluno e promover descontinuidades. Isso se dá através da narrativa histórica, na qual o professor desloca o aluno a observar novas formas de lidar com o tempo e dessa maneira “o aluno é convidado a sair de sua própria temporalidade, olhar o próprio presente a partir de outro lugar e, assim, “retornar” diferente/transformado” (ALBUQUERQUE, 2016, p. 26 apud GARCIA, 2022, p.37). Segundo ele, esse deslocamento para experiência com o diferente, pode acarretar ao aluno um sentimento de crise, uma vez que o transporta para um ambiente que coloca em choque com seus valores e convicções.

Segundo Garcia, esse papel desempenhado pelo professor/a de História de conduzir o aluno/a para uma viagem no tempo é relevante e necessário. Em uma sociedade multicultural como a nossa, essa ferramenta colabora para desconstruir estereótipos e verdades tidas como absolutas. Ao mobilizar a compreensão de outras temporalidades, o docente colabora na quebra da normalidade, possibilitando a percepção de outras visões de mundo ao aluno, que podem ir além das narrativas

construídas pelos padrões hegemônicos, que não reconhecem a pluralidade sociocultural. Para além disso, essa compreensão histórica permite entender que os processos da sociedade não são dados de maneira natural, são construídos e delimitados pelas relações de poder, desconstruindo o próprio argumento de imparcialidade e neutralidade que se almeja na esfera educacional pelo MESP. Por isso, a função do ensino de história proporciona: “diferentes maneiras de concatenar a experiência temporal, diferentes sistemas de valores, formas de governo, sexualidades etc” (GARCIA, 2022, p, 38).

O processo de concepção das temporalidades presentes na História e no ofício docente está ligado a maneira como o presente lida com o passado. Suas indagações são fruto de escolhas intencionais, e acima de tudo são reflexo das demandas do presente. Dessa maneira, quando Garcia se apropria do conceito de “regime de historicidade” compreende que é impossível lidarmos com o todo em sua complexidade histórica, e para isso é necessário lidarmos com as noções de tempo/espaço, e suas escolhas, consequentemente produzem processos de inclusão ou exclusão. Esse processo de demarcação do tempo leva a compreensão que enquanto disciplina, a História é indiscutivelmente regida pela parcialidade, logo a crítica que o Movimento alega acerca do ambiente de neutralidade, afeta diretamente a função docente e a produção histórica na sala de aula.

É justamente, entendendo essas limitações que Garcia tece suas críticas. Para ele o processo histórico de inserir o/a aluno/a em uma viagem no tempo, produz subjetividades/identidades. Ao tratarmos da história ensinada na escola, nossa preocupação deve se ater a quais tipos de subjetividades/identidades pretende-se produzir. Segundo os argumentos traçados acima, a História narrada, desempenha um papel fundamental em proporcionar ao aluno uma ampliação do seu panorama, lidar com o diferente e desconstruir visões tidas como hegemônicas. Desse modo, Garcia ao parafrasear Albuquerque Jr ressalta que a finalidade do ensino de história que é: “a construção de sujeitos e identidades capazes de conviver a diferença, o não familiar, o mutável” (GARCIA, 2022, p, 38).

Essa concepção é refutada pelos postulados do MESP, quando busca universalizar uma educação que nega diversas concepções socioculturais. Esse é o calcanhar de Aquiles para o Movimento, enxerga que não há necessidade de uma educação que reconheça as desigualdades em todas as suas esferas. Para o ensino de História, inspirado em uma historiografia contemporânea⁴, essa percepção é antagônica a prática docente e interfere na função da História. Pois, de acordo com Garcia, para elaborar uma concepção histórica é necessário ter em mente que estamos produzindo subjetividades e identidades, e estas devem estar a serviço de inserir o aluno/a em universo multicultural, afim de desconstruir preceitos que produzem diversas opressões na sociedade, como as de gênero, de preferência sexual, de raça, entre outros. Desse modo, o EsP com sua visão reacionária, e retrógrada, busca manter e atribui outro sentido no ensino de História que atenda as demandas de

⁴ Vale salienta que ainda há diversas barreiras para uma difusão de um ensino de História, voltado, notadamente, para os níveis fundamental e médio, que aborde as múltiplas formas de opressão contra grupos sociais. Esse enfoque é geralmente limitado às desigualdades de classe. Embora avanços tenham ocorrido através de uma historiografia decolonial, que amplia essas discussões no ambiente escolar, tais progressos enfrentam resistência de movimentos como o Escola sem Partido, que busca impedir esses debates para manter privilégios da classe dominante.

setores hegemônicos, que nega a pluralidade, o próprio caráter construído da História, dos sujeitos e dos sentidos que são atribuídos ao mundo.

7. A relação entre a identidade e a produção da diferença

O processo de produção de identidades nos leva a pensar outras questões. Pois ao delimitar a identidade, acaba-se forjando outra relação, a da diferenciação. Nesse quesito, tanto Garcia (2022) quanto Moura (2016) trazem colaborações pertinentes que ajudam a pensar essa dicotomia. Ambos explicam que ao determinar o que é de fato considerado uma identidade, delimitamos o que não é, ou seja, quem não se encaixa na normalidade, é tido como o diferente, o marginalizado. Segundo a contribuição destes dois autores, o processo de identificação está inerentemente ligado ao da diferenciação. No entanto, essa relação não é natural, é histórica, e está implicado pela linguagem, por um processo discursivo.

Segundo a análise de Moura e Garcia, isso significa que através das dinâmicas de poder, as relações entre identidade e diferença são forjadas. Trata-se de um processo discursivo que ao produzi-las “implicam em estratégias de exclusão, inclusão, demarcação de fronteiras, classificação (bem/mal/justo/injusto/desejável/abjeto) e normatização” (GARCIA, 2022, p.46). Esse processo estabelecido na linguagem codifica a dignidade dos sujeitos, determinando diretamente suas relações e direitos na sociedade. Nesse sentido, ao analisar por exemplo a relação dual, heterossexual e homossexual, segundo as análises de Garcia e Moura, existem uma dicotomia e uma relação binária que produz assimetrias e lhe concedem direitos e concessões diferentes. Essa relação, é discursiva, uma vez que, ao nomear estabelece uma noção que enxerga um como o normal (bem) e outro é tido como diferente (mal). Desse modo, essa produção não pode ser enxergada como algo natural, pelo contrário, ela é fruto de um processo histórico e linguístico que ao nomear “eu/nós” (identidade) delimita o oposto “outro” (diferente) e essa relação consequentemente produz a marginalização de corpos.

Moura utiliza de Silva (2014) para explicar que esse processo de fixar determinadas identidades como normativas acaba hierarquizando e produzindo o diferente. Estas relações criam e estabelecem uma polaridade entre o normal, portando de características positivas e no outro polo, sujeitos vistos como anormais, sendo atribuídos a estes aspectos negativos. Tais relações entre pares se estabelecem a diversos grupos, como branco/negro, heterossexual/homossexual, ocidental/oriental, homem/mulher e entre outros que são produzidos por um processo discursivo e são visualizados sob uma unidade acabada, descartando outras formas de ser e viver em sociedade.

As relações estabelecidas através da produção da identidade/diferenciação resultam em dicotomias nas quais a diferença se torna fruto da identidade. Ao nomear um determinado sujeito, fabrica-se a noção de normalidade em contraponto estabelece a exclusão e a marginalização. Moura, a partir da leitura de (SILVA, 2014) reflete sobre essa questão ao enxergar a relação da identidade, da diferença e do outro como um problema social, pedagógico e curricular. Segundo sua reflexão, ao estabelecer a normalidade, ao outro se designa a abjeção, a marginalização. Dessa forma, a diferença é forjada como um produto derivado da identidade. É deste

panorama que enxergo o ensino, notadamente de História cuja a tarefa é desconstruir essas prerrogativas solidificadas. Nesse sentido para Silva o “outro é o outro gênero, o outro é a cor diferente, o outro é a outra sexualidade, o outro é a outra raça, o outro é a outra nacionalidade, o outro é o corpo diferente” (SILVA, T., 2014, p.97 apud MOURA, 2016, p.108).

Essa compreensão é relevante quando utilizada no contexto educacional. A História enquanto disciplina passou por diversos nuances. Se no século XIX privilegiava determinados grupos sociais hegemônicos, com a efervescência dos processos e movimentos sociais dos anos 1980/90 a noção e a produção de conhecimento trarão outras percepções. Essa virada de chave na forma de produzir conhecimento trará para o campo da História voz e espaço para determinados sujeitos, que antes eram silenciados estrategicamente por serem tidos como diferentes. Todavia, desde essa década passaram a ser reconhecidos e inseridos no currículo.

Ao compreender que não há como produzir uma educação neutra e que a História enquanto disciplina é responsável em produzir concepções como também desconstruí-las, fica claro a ameaça que um ensino crítico, democrático e plural significa para grupos que buscam manter interesses hegemônicos na sociedade, o que quer dizer muitas vezes retroceder buscando romantizar um passado. O MEsP reflete a postura um grupo que pretende barrar os avanços rumo a uma sociedade que enxergue que denuncie desigualdades e promova mecanismo para evidenciá-las e debata-las. Portanto, quando analisado entendo que seus postulados “mobilizaram discursos, agentes e poderes com vistas a reagir e hegemonizar outros sentidos de educação e da própria disciplina de História” (GARCIA, 2022, p.43).

CONCLUSÃO

Esta pesquisa busca refletir o Movimento Escola sem Partido como uma ameaça para a educação e especialmente a disciplina de História e sua prática docente. Entendendo que esse Movimento não foi um episódio isolado, mas o reflexo da efervescência do discurso neoliberal e neoconservador no cenário brasileiro. Deste modo, nesta conclusão farei uma breve síntese dos principais desdobramentos dessa pesquisa.

Com o auxílio de (SILVA, 2002) é possível compreender o currículo como artefato disputado por diferentes grupos sociais, visto que este produz subjetividades e identidades no âmbito escolar. Está consciência colabora para entender que o discurso galgado pelo Movimento Escola sem Partido por um ambiente neutro e apartidário na escola e sala de aula não passa de uma cortina de fumaça para implementar um ensino orientado pela racionalidade neoliberal e neoconservadora.

Concomitantemente, esse engodo de neutralidade defendida pelo Movimento é amparado através da narrativa que docentes desempenham uma prática doutrinária dentro da sala de aula. Perseguindo questões sobre gênero, orientação sexual, modelos familiares, como também a contestação a ordem capitalista. Por esse motivo, existe uma necessidade em controlar e criminalizar a figura do professor/a. O EsP tenta estabelecer dentro do ambiente escolar uma percepção de mundo homogêneo

em desrespeito com a escola e sala de aula, que é indiscutivelmente um lugar de pluralidades e produção de identidades e de subjetividades.

A leitura de Wendy Brow (2019) mostra as possíveis relações entre o neoliberalismo com movimentos extremamente reacionários. Nesta perspectiva, insere-se o MESP, empenhado na produção de sujeitos individualistas e “autônomos”, buscando liberar o Estado de políticas de proteção social. Ao mesmo tempo em que defende discursos hegemônicos e universais. Portanto a colaboração de Brown, evidencia que os preceitos neoliberais norteiam os postulados do Movimento Escola sem Partido, que fomenta a normalização das desigualdades na sociedade em seus vários aspectos, afim de manter a hegemonia branca, heteronormativa e cristã.

Outro elemento destacado durante a pesquisa são as posições de integrantes e de grupos políticos, econômicos e religiosos com o Movimento. Através da colaboração de (FRIGOTTO, 2019), pude reafirmar que o discurso de neutralidade galgado pelo Movimento e seus defensores são fruto de grandes contradições. Quando esmiuçado, as relações de seus integrantes com o Movimento, estes representam a implementação de uma agenda que busca produzir na esfera educacional um ensino ultraconservador e que despreza o senso crítico. Para além desse entendimento, observo que embora o Movimento tenha perdido força no cenário institucional e legislativo, sua compreensão serve de alerta, uma vez que esse projeto de sociedade não é um acontecimento isolado, seus integrantes e defensores continuam presentes na conjuntura política e educacional brasileira promovendo uma pauta ultraconservadora e reacionária.

As reflexões desenvolvidas durante a pesquisa, a partir de Moura (2016), evidenciam receios do Movimento em relação ao ensino de História. Pois, as mudanças no ensino desta disciplina apontam para questões indenitárias, gerando um profundo descontentamento em setores reacionários e neoconservadores da sociedade. Tais segmentos, buscam manter invisibilizado grupos marginalizados e se opõem à um projeto de educação plural, democrático e inclusivo. Na verdade, as contribuições de Moura levam a conclusão que através das mudanças ocorridas na forma de ensinar História nas últimas décadas, ao incorporar o debate de questões indenitárias, possibilitaram a inclusão de sujeitos historicamente marginalizados pela dita historiografia tradicional, acionaram um alarme para setores neoconservadores e reacionários. Paradoxalmente, o Movimento reivindica imparcialidade no ensino, para prevenisse de ataques provenientes de disciplinas como a História, que podem produzir conhecimento crítico. Com isso, buscam lograr um projeto que nega a necessidade de um ensino crítico e plural, na intenção de manter as ordens hegemônicas equacionadas.

Por meio da leitura de Garcia (2022), foi possível entender que ao lecionarmos a História lidamos com recortes temporais e diferente concepções. Isso proporciona a experimentação do aluno em diferentes temporalidades, promovendo a desconstrução de estereótipos, padrões hegemônicos e verdades tidas como absolutas. Portanto, trilhando caminhos contrários aos pretendidos pelo MESP.

Por conseguinte, a discussão amparada nas pontuações de Moura (2016) e Garcia (2022) levaram a compreensão que ao delimitar a identidade, acaba-se forjando outra relação, a da diferenciação. Ambos explicam que ao determinar o que é de fato considerado uma identidade, delimitamos o que não é, ou seja, quem não se encaixa na normalidade, é tido como o diferente, o marginalizado. Isso se dá

através de um processo discursivo, histórico e linguístico. Segundo Moura, essa relação dicotômica, acaba visualizando os sujeitos sob uma unidade definida e acabada e descarta outras formas de ser e viver em sociedade. Dessa forma, a diferença é forjada como um produto derivado da identidade. É nesse cenário, que enxergo a necessidade do ensino, e especificamente o ensino de História como ferramenta na desconstrução dessas prerrogativas solidificadas. Como debatido anteriormente, não há como produzir uma educação neutra. Não obstante, a narrativa do MESP prioriza um modo de produzir identidades, que privilegia padrões hegemônicos. Em contraponto a disciplina de História é uma alternativa, já que é responsável em construir concepções como também desconstrui-las, sendo um instrumento que pode produzir outras noções, através de um ensino crítico, democrático e plural.

Por fim, o conjunto de leituras desenvolvidas na pesquisa mostra que a ideia de neutralidade não passa de uma manobra para disfarçar as pretensões do Movimento, que busca implementar um ensino baseado em postulados ultrapassados e autoritários, a partir de: uma única versão da História. O projeto também visa desacreditar um modelo educacional crítico e democrático em seus vários prismas. Para tanto, as contribuições desta pesquisa contribuem na compreensão que o Movimento Escola sem Partido não é um evento isolado, mas uma reação de setores que buscam manter os privilégios dos grupos dominantes, e que continuam atuando e tendo influência na conjuntura política brasileira. Desse modo, acionam um alerta acerca das pretensões que esses grupos têm perpetuado na sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Editora Filosófica Politeia. 2019.

DARDOT, P.; LAVAL, C.. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DE MOURA, Fernanda Pereira. **Escola Sem Partido: relações entre Estado, educação e religião e os impactos no ensino de história**. 2023. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Ensino de História–Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro).

FERNANDES, Denilson Soares; NUNES, Mariângela de Vasconcelos. **O ESCOLA “SEM” PARTIDO E A LUTA CONTRA A SUPOSTA “IDEOLOGIA DE GÊNERO” E “DOCTRINAÇÃO MARXISTA”...** In: Anais do XXI Encontro Estadual de História América Latina e Brasil: Entre Ondas Progressistas e Reações Conservadoras. Anais...Campina Grande (PB) UEPB, 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: **Escola Sem Partido: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade**. Brasileira- 2 ed. - Rio de Janeiro: Editora Executiva, 2019. P.17-34.

GARCIA, Caio Matheus de Freitas. **DIFERENÇAS HUMANAS NO TEMPO E “ESCOLA SEM PARTIDO”**. 2022. Tese de Doutorado. PUC-Rio.

MACHADO, André R. de A.; TOLEDO, Maria Rita de A. (Orgs.). **Golpes na História e na Escola: O Brasil e a América Latina nos séculos XX e XXI**. São Paulo: Cortez; ANPUH SP, 2017.

MIRANDA, Hilheno Oliveiral; PIRES, Ennia Débora Braga Passos. A disputa reacionária pela educação: reflexões para além da educação escolarizada. **Revista de Políticas Públicas e Gestão Educacional (POLIGES)**, v. 2, n. 1, p. 66-87, 2021.

PENNA, Fernando de Araujo. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. **Escola Sem Partido: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade**. Brasileira-2 ed. - Rio de Janeiro: Editora Executiva, 2019. P.35-48.

RAMOS, Marise. Escola sem Partido: a criminalização do trabalho pedagógico. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. **Escola Sem Partido: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade**. Brasileira-2 ed. - Rio de Janeiro: Editora Executiva, 2019. P.77-85.

SOUZA, Rafael de Freitas; OLIVEIRA, Fávero de Oliveira. A doxa e o logos na educação: o avanço do irracionalismo. In: **Escola Sem Partido: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade**. Brasileira-2 ed. - Rio de Janeiro: Editora Executiva, 2019. P.121-131.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A Produção Social da Identidade e da Diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SILVA, Tomaz T. dá. **Documentos de identidade: uma introdução as teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

